

Congresso rejeita acordo

por Márcio Chaer
de Brasília

Invocando o artigo 44 da Constituição, que atribui ao Congresso Nacional a decisão de firmar atos, tratados e convenções internacionais, um documento assinado pela maioria absoluta dos deputados federais foi entregue ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, propondo "o imediato rompimento com o FMI, a declaração da moratória da dívida externa e a consequente reformulação do modelo econômico".

O articulador desse movimento foi o deputado Hermes Zenti (PMDB-RS), que colheu as 241 assinaturas do documento que protestou contra o fato de o governo "submeter ao Congresso as consequências do acordo internacional — o Decreto-lei nº 2.045 —,

mas não a sua causa, o acordo com o FMI".

Entusiasmado com a tese, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, já se dispôs a acionar como advogado — e não como parlamentar — o Supremo Tribunal Federal. Na próxima terça-feira, o deputado irá reunir-se com vários juristas como Raymundo Faoro, Marota Rangel, José Afonso, Sérgio Ferraz e Dalmo Dallari, para embasar sua argumentação. Ulysses discordou do raciocínio do líder do governo no Senado, Aloysio Chaves, que defende a tese de que, como o Brasil é sócio-cotista fundador do FMI, com ratificação do Congresso Nacional, não seriam necessárias autorizações para esse relacionamento. "Esse acordo foge às regras e a excepcionalidade não prescinde da ratificação parlamentar", contestou o pemedebista,